

O recebimento das propostas juntamente com as documentações originais ou cópias autenticadas em envelope lacrado, será até às 17h00min, do dia 26 de outubro de 2016. Endereço: Setor Areas Isoladas Norte - Parque Rural S/N, 1º andar, Sala 115 (Núcleo de Judicialização) - Brasília/DF - CEP 70.770-200.

MARUCIA VALENÇA BARBOSA DE MIRANDA
Subsecretária

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, do artigo 2º, da Portaria nº 116, de 01 de setembro de 2005, publicada no DODF nº 169, de 05 de setembro de 2005, CONVOCA as empresas abaixo relacionadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, para assinatura das Atas de Registro de Preços 075/2016, 111/2016, 120/2016, 139/2016 e 160/2016 no prazo de 03 (três) dias a contar desta publicação, comparecendo no SAIN - Setor de Areas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Prédio da Emater - Asa Norte - Bloco "A", SUAG, CEP 70.770-200:

1) Ata de Registro de Preços nº 075/2016, Processo nº 060.010.301/2015 - BSB COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A.- CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA-CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA - COSTA CAMARGO COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ESPECIFARMA COM DE MEDICAMENTOS E PRO HOSPITALARES LTDA - HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A.- MEDCOMERCE COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- MW DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI- PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S.A.

2) Ata de Registro de Preços nº 111/2016, Processo nº 060.004.409/2015 - CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA - HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES - MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS.

3) Atas de Registro de Preços nº 120/2016, Processo nº 060.000.505/2016- FARMA VISION DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA -HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S-MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES - NATULAB LABORATORIO S.A-PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.

4) Ata de Registro de Preços nº 139/2016, Processo nº 060.002.738/2016 -BIOBASE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-BMD-COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA-LAERTE MESSIANO NETO/ME- MEDIX DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.-ML COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA-TOP MED IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

5) Ata de Registro de Preços nº 160/2016, Processo nº 060.003.897/2016 - BSB COMÉRCIO DE PROD HOSPITALARES S.A. - LIFEMED INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS E ART.MÉDICOS HOSPITALARES S.A.

MARUCIA VALENÇA BARBOSA DE MIRANDA
Subsecretária

COORDENAÇÃO DE COMPRAS DIRETORIA DE AQUISIÇÕES CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 176/2016 - UASG 926119

Objeto: Registro de Preços, válida pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de medicamentos do GRUPO G - Aparelho Geniturinário e Hormônios sexuais pela Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.007.166/2016. Total de 17 itens. Valor Estimado: R\$ 3.052.777,17. Cadastro das Propostas: a partir de 19/10/2016. Abertura das propostas: 01/11/2016, às 09:00, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN - Setor de Areas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras/SUAG-SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Pregoeira

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 180/2016 - UASG 926119

Objeto: Registro de Preços do material especial cateteres totalmente implantáveis para infusão de quimioterapia pela Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.006.743/2016. Total de 01 item. Valor Estimado: R\$ 156.750,00. Cadastro das Propostas: a partir de 19/10/2016. Abertura das Propostas: 01/11/2016 às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN - Setor de Areas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ÉRICA NEGRYS DE OLIVEIRA CALDAS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 181/2016 - UASG 926119

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material para hemodiálise e diálise peritoneal, para atender às Unidades e Serviços de Nefrologia da SES/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.003.479/2014. Total de 07 itens. Valor Estimado: R\$ 2.324.405,24. Cadastro das Propostas: a partir de 19/10/2016. Abertura das Propostas: 01/11/2016, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN - Setor de Areas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

MERITA SIMIONE BORGES
Pregoeira

FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (*)

Processos: 060.000.875/2013, 060.000.735/2014 e 060.000.521/2015. Interessado: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB. Considerando que a ausência do serviço de fornecimento de energia elétrica impactará diretamente no direito à vida e à dignidade da pessoa humana, conforme disposto nos arts. 5º e 96 da Constituição Federal de 1988; Considerando as consequências e os danos inestimáveis à população do Distrito Federal geradas pelo desabastecimento de energia elétrica nas unidades da Secretaria do Estado de

Saúde; Considerando os pacientes que dependem de aparelhos elétricos para a realização de diversos procedimentos médicos, e ainda para se manterem-se vivos; Considerando que o fornecimento de energia elétrica é caracterizado como serviço essencial e contínuo; Considerando a necessidade da manutenção deste serviço como de direito constitucional básico; Considerando por fim, que o valor constante nos autos se trata de despesa de exercício anterior, não processada na época própria, enquadrando-se, portanto, no art. 37 da Lei 4.320/1964 e no art. 22 do Decreto 93.872/1986. RECONHEÇO, com fulcro no art. 86, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, que estabeleceu normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e o Decreto nº 37.594, de 31 de agosto de 2016, publicado no DODF nº 166, de 01 de setembro de 2016, a dívida no valor de R\$ 33.786.603,06 (trinta e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e três reais e seis centavos) - valor beneficiado do programa PROLUZ, com isenção de encargos, de multa, juros e correção do IGPM, com a empresa pública COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, referente a despesas com serviço de fornecimento de energia elétrica nas unidades desta Secretaria de Saúde do Distrito Federal, relativa ao pagamento parcial de serviços prestados nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, conforme documentação constante nos autos, cuja disponibilidade orçamentária está registrada no Programa de Trabalho 10.122.6002.8517.7261 (MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SES-DISTRITO FEDERAL), na Unidade Orçamentária 23.901. Em 17 de outubro de 2016. Arthur Luis Pinho de Lima, Diretor Executivo do Fundo de Saúde do Distrito Federal.

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 188, de 04 de outubro de 2016, página 32.

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA, CNPJ/MF sob o nº 49.601.107/0001-84. Objeto: prorrogar a vigência por mais 12 (doze) meses. Processo nº 063.000.407/2013. Assinam: pela contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente; e pela contratada Maria Aparecida Gomes.

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RM/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ESCS), mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o disposto na Portaria/SES-DF no 106, de 30 de junho de 2016, publicada em Diário Oficial do Distrito Federal em 6 de julho de 2016; tendo em vista o disposto na Lei Federal no 6.932, de 7 de julho de 1981, e alterações posteriores; na Resolução/CNRM no 04, de 23 de outubro de 2007; na Resolução/CNRM no 05, de 20 de julho de 2010; na Resolução/CNRM no 07, de 20 de outubro de 2010; na Resolução/CNRM no 02, de 1º de setembro de 2011; na Resolução/CNRM no 04, de 30 de setembro de 2011; na Resolução/CNRM no 02, de 27 de agosto de 2015; e na Portaria Interministerial/MEC/MS no 2.087, de 1º de setembro de 2011; TORNA PÚBLICA a realização de PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DESENVOLVIDOS EM HOSPITAIS, ATENÇÃO PRIMÁRIA E DEMAIS CENÁRIOS DE PRÁTICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, mediante as condições estabelecidas neste edital, conforme a seguir.

1 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1.1 A Escola Superior de Ciências de Saúde (ESCS), responsável pelo presente processo seletivo, é a instituição formadora dos programas de Residência Médica, desenvolvidos nos cenários de prática da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).

1.2 A SES-DF é a instituição executora dos programas de Residência Médica dos hospitais citados no presente edital e da Residência em Rede.

1.3 O presente processo seletivo público destina-se única e exclusivamente à seleção de candidatos visando à concessão de bolsa-residência em vagas de curso de pós-graduação Lato Sensu, modalidade Residência Médica.

1.3.1 A Residência Médica é um curso de pós-graduação Lato Sensu, regulamentado pela Lei Federal no 6.932, de 7 de julho de 1981 e resoluções complementares da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC).

1.3.2 O presente processo seletivo público não se destina à seleção de pessoas para provimento de emprego(s) ou cargo(s) público(s) e, portanto, não se submete às regras legais vigentes para tal procedimento.

1.4 A seleção destina-se ao preenchimento de vagas nos programas de Residência Médica desenvolvidos nas COREMEs (Comissões de Residência Médica) dos seguintes hospitais: Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB), Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), Hospital Regional de Taguatinga (HRT), Hospital Regional de Sobradinho (HRS), Hospital Regional do Gama (HRG), Hospital Regional da Ceilândia (HRC), Hospital Regional do Paranoá (HRPa), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), Hospital São Vicente de Paulo (HSVP); e COREME da ESCS.

1.5 Os programas de Residência Médica a serem desenvolvidos pelas COREMEs dos hospitais citados no subitem 1.4, terão cenários preferenciais nestes hospitais. Estes cenários, porém, não são exclusivos, podendo a SES-DF, a seu critério, utilizar quaisquer cenários de sua rede para que o residente desenvolva as competências necessárias à conclusão de seu programa de Residência.

1.5.1 Os programas de Residência Médica a serem desenvolvidos pela COREME da ESCS são programas de Residência em Rede, que têm 2 (dois) ou mais cenários de prática preferenciais, porém estes cenários não são exclusivos, podendo a SES-DF, a seu critério, utilizar quaisquer cenários de sua rede para que o residente desenvolva as competências necessárias à conclusão de seu programa de Residência.

2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O processo seletivo público será regido por este edital e executado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES).

2.2 A seleção para preenchimento das vagas de que trata este edital será compreendida em 2 (duas) fases, de responsabilidade do IADES:

2.2.1 A 1ª (primeira) fase, será composta por 2 (duas) etapas, a seguir relacionadas:

a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; e
b) avaliação de currículo, de caráter classificatório.

2.2.2 A 2ª (segunda) fase é definida pela opção, pelo candidato, da unidade de saúde para a realização do programa de residência e poderá acontecer em uma ou mais rodadas de escolha de cenário de ensino.

2.3 A nota máxima possível para o presente processo seletivo público é 132,0 (cento e trinta e dois pontos), sendo: 120,0 (cento e vinte) pontos na prova objetiva e 12,0 (doze) pontos na avaliação de currículo.

2.4 Todas as etapas da 1ª (primeira) fase serão realizadas no Distrito Federal.

2.5 A 2ª (segunda) fase será realizada por intermédio de sistema informatizado de seleção de programas de residência (SisResid), via internet.

2.6 O presente processo seletivo público é eliminatório e classificatório. Portanto, a inscrição e a aprovação do candidato não garantem a efetivação da sua matrícula no programa de Residência Médica pretendido.

2.7 Os horários mencionados no presente edital e nos demais editais a serem publicados para o processo seletivo público obedecerão ao horário oficial de Brasília.

3 DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA

3.1 PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DE ACESSO DIRETO

3.1.1 Para os programas de Residência Médica de acesso direto, serão oferecidas as vagas relacionadas no Anexo I, todas regularmente credenciadas pela CNRM/MEC, para as quais correspondem igual número de bolsas de estudo, conforme a Lei Federal no 6.932, de 7 de julho de 1981 (Redação dada pela Lei Federal no 12.514, de 28 de outubro de 2011).

3.1.2 A duração dos programas de Residência Médica de acesso direto está descrita no Anexo I deste edital.

3.1.3 As vagas bloqueadas em decorrência do trancamento de matrícula para o serviço militar, em caso de desistência, serão preenchidas por candidatos aprovados no atual processo seletivo, respeitada rigorosamente a ordem de classificação final no processo seletivo público, que será divulgada após a conclusão da primeira rodada de escolha na 2ª (segunda) fase.

3.2 PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM ESPECIALIDADES COM EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITO

3.2.1 Para os programas de Residência Médica em especialidades com exigência de pré-requisito, serão oferecidas as vagas relacionadas no Anexo I, todas credenciadas pela CNRM/MEC, para as quais corresponde igual número de bolsas de estudo, conforme a Lei Federal no 6.932, de 7 de julho de 1981 (Redação dada pela Lei Federal no 12.514, de 28 de outubro de 2011).

3.2.2 A duração dos programas de Residência Médica em especialidades com exigência de pré-requisito está descrita no Anexo I deste edital.

3.2.3 O pré-requisito exigido no item 3.2.2 acima refere-se única e exclusivamente à residência médica reconhecida pela CNRM/MEC. Os títulos emitidos por sociedades e associações médicas, e demais instituições congêneres ou similares, não serão aceitos para reconhecimento de pré-requisito.

3.3 PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA REFERENTES AOS ANOS OPCIONAIS EM ÁREAS DE ATUAÇÃO

3.3.1 Para os programas de Residência Médica referentes aos anos opcionais em áreas de atuação, serão oferecidas as vagas relacionadas no Anexo I, todas credenciadas pela CNRM/MEC, para as quais corresponde igual número de bolsas de estudo, conforme a Lei Federal no 6.932, de 7 de julho de 1981 (Redação dada pela Lei Federal no 12.514, de 28 de outubro de 2011).

3.3.2 A duração dos programas de Residência Médica referentes aos anos opcionais em área de atuação está descrita no Anexo I deste edital.

3.3.3 O pré-requisito exigido no item 3.3.2 acima refere-se única e exclusivamente à residência médica reconhecida pela CNRM/MEC. Os títulos emitidos por sociedades e associações médicas, e demais instituições congêneres ou similares, não serão aceitos para reconhecimento de pré-requisito.

3.4 Caso haja programa de Residência Médica sem candidatos inscritos ou aprovados, será aberto novo processo seletivo público para o preenchimento das vagas em aberto.

3.4.1 De tal forma, a ESCS poderá desencadear novo processo seletivo para vaga(s) em programa(s) de Residência Médica não contemplado(s) no presente edital, que estiverem aguardando análise de credenciamento, retirada de exigência e(ou) diligência pela CNRM/MEC.

3.4.2 Poderá haver, também, a realização de processo seletivo para nova(s) vaga(s) autorizada(s) pelo Ministério da Educação para programas de Residência Médica no âmbito da SES-DF para o ano de 2017, desde que haja tempo hábil para a realização e conclusão da seleção.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A ADMISSÃO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA

4.1 Ter diploma, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação em Medicina, emitido por instituição de ensino superior reconhecida, pelo Ministério da Educação (MEC), ou, no caso de médico graduado em instituição estrangeira, diploma revalidado em universidade pública brasileira, em conformidade com o disposto na Resolução CNE/MEC no 1, de 18 de fevereiro de 2002.

4.2 No caso dos programas de Residência Médica em especialidades com exigência de pré-requisito ou para os anos opcionais em área de atuação, o candidato deverá ter, além do documento previsto no subitem 4.1 deste edital, certificado ou declaração de conclusão do pré-requisito, emitido pela CNRM/MEC, exigido até a data do início do programa ao qual está concorrendo.

4.3 Ter inscrição definitiva ou provisória no Conselho Regional de Medicina.

4.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares.

4.5 Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades.

4.6 Em caso de candidato estrangeiro, será exigida também a apresentação do visto de permanência no Brasil, que o autorize a exercer as atividades do programa de Residência Médica.

5 DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

5.1 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). 5.2 As inscrições deverão ser feitas exclusivamente via internet no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br> no período entre 8 (oito) horas do dia 4 de novembro de 2016 e 22 (vinte e duas) horas do dia 15 de novembro de 2016. 5.2.1 O IADES não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. 5.2.2 Após a conclusão da inscrição, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto de cobrança, pagável em toda a rede bancária, casas lotéricas e nos Correios; e disponível para visualização e impressão no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>. 5.2.3 O IADES disponibiliza computadores com acesso a internet na Central de Atendimento ao Candidato (CAC-IADES) (ver item 18) para uso pelos candidatos. 5.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 17 de novembro de 2016. 5.3.1 As inscrições somente serão efetivadas após o pagamento da taxa de inscrição, por meio da ficha de recolhimento ou do deferimento da isenção da taxa de inscrição validado pelo IADES. 5.3.2 O candidato é responsável pela veracidade dos dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da lei. 5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. 5.4.2 É vedada a inscrição condicional, fora do prazo previsto de inscrições, estipuladas no presente edital. 5.4.3 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato, emitido pelo

Ministério da Fazenda. 5.4.4 As informações prestadas na inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o IADES do direito de excluir do processo seletivo público aquele que não preencher o formulário de forma completa. 5.4.4.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa o campo referente a nome, endereço, telefone e e-mail, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência. 5.4.4.2 O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da ficha de inscrição pelo candidato.

5.4.5 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo nas condições legalmente previstas. 5.4.5.1 No caso do pagamento da taxa de inscrição ser efetuado com cheque bancário que, porventura, venha a ser devolvido, por qualquer motivo, o IADES reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis, não efetivando a inscrição. 5.4.5.2 É vedada ao candidato a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição. 5.4.6 Não será concedida isenção da taxa de inscrição, à exceção de candidatos amparados pelo Decreto Federal no 6.593, de 2 de outubro de 2008, e pela Resolução CNRM no 07, de 20 de outubro de 2010.

6 DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1 Os candidatos amparados pelo Decreto Federal no 6.593, de 2 de outubro de 2008, e pela Resolução CNRM no 07, de 20 de outubro de 2010, poderão solicitar, entre os dias 4 e 8 de novembro de 2016, a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

6.2 O pedido de isenção a que se refere o subitem 6.1 será possibilitado ao candidato quando:

a) a taxa de inscrição for superior a 30% (trinta por cento) do vencimento/salário mensal do candidato que não tiver dependente;

b) a taxa de inscrição for superior a 20% (vinte por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo possuir até 2 (dois) dependentes;

c) a taxa de inscrição for superior a 10% (dez por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo tiver mais de 2 (dois) dependentes;

d) o candidato declarar-se impossibilitado de arcar com o pagamento da taxa de inscrição e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos ou renda individual igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos;

e) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, conforme o Decreto Federal no 6.135, de 26 de junho de 2007; ou

f) for membro de família de baixa renda, nos termos daquele decreto.

6.3 O candidato estará obrigado a comprovar que não custeou, com recursos próprios, curso preparatório para o processo seletivo para ingresso no Programa de Residência Médica a que se candidata e, ainda, ser egresso de instituição de ensino superior pública ou ter sido beneficiário de bolsa de estudo oficial, no caso do subitem 6.2.

6.4 A Declaração de Comprovação de Renda Pessoal e Familiar deverá conter o nome completo do candidato, o número do documento de identidade, o número do CPF, a data, a assinatura e demais itens conforme o modelo de formulário que será disponibilizado no endereço eletrônico do IADES, <<http://www.iades.com.br>>.

6.5 Nesses casos, o candidato deverá redigir o requerimento de solicitação de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição (conforme modelo indicado no Anexo IV do presente edital), preenchê-lo corretamente, anexar à declaração e encaminhar, via SEDEX, ou Aviso de Recebimento (AR) ao IADES, aos cuidados da Central de Atendimento ao Candidato, identificando no envelope "Residência Médica SES-DF 2017 - Edital No 01/RM/SES-DF/2017, Ref. SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO", no seguinte endereço: Caixa Postal 8.642, CEP 70.312-970, Brasília (DF), juntar cópia autenticada dos documentos que comprovem a sua condição de isento, que são:

a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) cópia do diploma de graduação ou declaração de conclusão do curso de Medicina, em instituição pública;

c) cópia da Certidão de Nascimento dos filhos, dependentes, se houver;

d) cópia dos comprovantes de renda pessoal e familiar;

e) cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

f) cópia dos documentos que comprovam ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto no 6.135/2007;

g) cópias dos documentos que julgar necessários para o deferimento da sua condição.

6.5.1 Todas as cópias elencadas no subitem 6.5 deverão ser enviadas autenticadas, sob pena de indeferimento da solicitação.

6.5.2 O pedido de isenção poderá, também, ser protocolado diretamente no CAC-IADES (ver item 18) pessoalmente pelo(a) candidato(a) ou por procurador autorizado para tal.

6.6 Não será permitido, após o período de solicitação de isenção de taxa de inscrição, complementação da documentação, bem como solicitação de revisão.

6.7 O IADES consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, analisará e julgará o pedido de isenção.

6.8 As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará a sua eliminação do Processo Seletivo, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal no 83.936/1979.

6.9 Será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e(ou) apresentar informações inverídicas;

b) fraudar e(ou) falsificar documentação;

c) não observar a forma, os prazos e os horários estabelecidos neste edital.

6.9.1 O candidato que incorrer nas alíneas "a" e(ou) "b" do subitem 6.9 terá a sua situação informada à autoridade policial competente para as providências julgadas cabíveis.

6.10 Os documentos comprobatórios citados no subitem 6.5 deste edital terão validade somente para este processo seletivo e não serão devolvidos, tampouco será fornecida cópia desta documentação.

6.11 Ao término da apreciação dos requerimentos para solicitação de isenção da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o IADES divulgará, no endereço eletrônico <<http://www.iades.com.br>>, na data de 10 de novembro de 2016, a listagem contendo o resultado preliminar da apreciação dos requerimentos.

6.12 Os candidatos que tiverem indeferidos seus pedidos de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição terão 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da divulgação do resultado preliminar da apreciação, para entrar com recurso contra o indeferimento da solicitação de isenção, por meio digital, enviando e-mail para isencaoresidenciadf@iades.com.br.

6.13 O resultado da análise dos recursos interpostos pelos candidatos quanto ao pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br> no dia 16 de novembro de 2016.

6.14 O candidato que não tiver seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido poderá solicitar a emissão do boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 17 de novembro de 2016.

6.15 O candidato descrito no subitem anterior que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição estará automaticamente excluído do processo seletivo.

7 DA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL 7.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar a sua opção no formulário eletrônico de inscrição e, ainda, enviar, até o dia 16 de novembro de 2016, impreterivelmente, via SEDEX, ou Aviso de Recebimento (AR) ao IADES, aos cuidados da Central

de Atendimento ao Candidato (CAC-IADES), identificando no envelope "Residência Médica SES-DF 2017 - Edital No 01/RM/SES-DF/2017, Ref. SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL", no seguinte endereço: Caixa Postal 8.642, CEP 70.312-970, Brasília (DF), o laudo médico original, ou cópia autenticada em cartório, e o requerimento no formato constante do Anexo III deste edital, que justifiquem o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior.

7.1.1 A solicitação poderá, também, ser protocolada diretamente na CAC-IADES (ver item 18) pessoalmente pelo(a) candidato(a) ou por procurador autorizado para tal. 7.2 O laudo médico referido no subitem 7.1 deste edital valerá somente para este processo seletivo e não será devolvido. Além disso, não será fornecida cópia do laudo. 7.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá, ainda, levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não fará a prova. 7.3.1 O acompanhante se submeterá às instruções contidas nos subitens 8.4.14, 8.4.15 e 8.4.24.

7.4 O candidato que fizer uso de aparelho auditivo por orientação médica, deverá solicitar permissão para uso do referido aparelho, de acordo com as instruções contidas no subitem 7.1.7.5 O candidato que, por convicção religiosa, necessitar realizar as provas após horário impeditivo, deverá protocolar requerimento indicando a sua condição e solicitando o atendimento especial. Nesse caso, será reservada sala especial para aguardar o término do horário impeditivo.

7.6 Todas as solicitações de atendimento especial serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade. 7.7 Ao término da apreciação dos requerimentos de atendimento especial e dos respectivos documentos, o IADES divulgará, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>, na data provável de 21 de novembro de 2016, a listagem contendo o resultado da apreciação dos pedidos de atendimento especial. 7.8 Do resultado preliminar dos requerimentos de atendimento especial caberá recurso, que deverá ser preenchido e entregue pelo candidato na CAC-IADES (ver item 18) no período compreendido de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado preliminar. 7.9 Ao término da apreciação dos recursos contra o resultado preliminar do requerimento de atendimento especial, a CAC-IADES divulgará, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>, na data provável de 24 de novembro de 2016, a listagem contendo o resultado final dos requerimentos de atendimento especial para realização das provas. 7.10 O candidato transgênero que desejar requerer ser tratado pelo gênero e pelo nome social durante a realização das provas e de qualquer outra fase presencial deverá indicar a necessidade na solicitação de inscrição e enviar, na forma do subitem 7.1 deste edital, cópia simples do CPF e do documento de identidade e original ou cópia autenticada em cartório de declaração digitada e assinada pelo candidato em que conste o nome social.

7.10.1 As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

7.11 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal no 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que necessitar realizar as provas armado e for amparado pela citada lei deverá indicar a necessidade na solicitação de inscrição e enviar, na forma do subitem 7.1 deste edital, cópia autenticada em cartório do Certificado de Registro de Arma de Fogo ou da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

7.12 O candidato que não solicitar atendimento especial no aplicativo de inscrição e não especificar qual(is) recurso(s) será(ão) necessário(s) a tal atendimento não terá direito ao referido atendimento no dia de realização das provas. Apenas o envio do laudo/documentos não é suficiente para o candidato ter sua solicitação de atendimento deferida.

7.13 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

8 DA PROVA OBJETIVA 8.1 A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 120 (cento e vinte) pontos e terá a estrutura conforme definições constantes do Anexo II do presente edital.

8.2 A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código E, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

8.3 Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

8.4 DAS INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA 8.4.1 A prova objetiva será aplicada na data provável de 27 de novembro de 2016, no turno da tarde e com a duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos. 8.4.2 Os locais, datas e horários de aplicação da prova objetiva serão divulgados no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br> na data provável de 22 de novembro de 2016. 8.4.3 O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital, no caderno de provas e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato. 8.4.3.1 O candidato é responsável pela devolução da sua folha de respostas devidamente preenchida ao final da prova. Em hipótese alguma o candidato poderá sair da sala de aplicação de prova com a folha de respostas da prova objetiva. 8.4.3.2 O preenchimento da folha de respostas deverá ser feito dentro do prazo estipulado no subitem 8.4.1.

8.4.3.3 Será anulada a prova objetiva do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

8.4.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e(ou) com as folhas de respostas, tais como: marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente e(ou) mais de uma marcação por questão. 8.4.5 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

8.4.6 O candidato não deverá amassar molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura ótica. 8.4.7 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que solicitou atendimento especial. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do IADES devidamente treinado. 8.4.8 Não serão fornecidas, por telefone, fax e(ou) e-mail, informações a respeito de data, local e horário de aplicação da prova objetiva. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem publicados na internet, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>. 8.4.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, de comprovante de inscrição e de documento de identidade original. Não será permitido em hipótese alguma o uso de lápis, lapiseira/grafite e(ou) borracha durante a realização da prova. 8.4.9.1 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização da prova objetiva após o horário fixado para o seu início.

8.4.10 O candidato que se retirar da sala de aplicação de prova não poderá retornar a ela, em hipótese alguma, exceto se sua saída for acompanhada, durante todo o tempo de ausência, de fiscal ou de membro da coordenação do IADES. 8.4.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional; passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação com foto. 8.4.11.1 Outros documentos ou documentos fora do prazo de validade não serão aceitos como documentos de identidade, bem como documentos ilegíveis, não identificáveis e(ou) danificados e cópias autenticadas. 8.4.11.2 O candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 8.4.11 deste edital, não poderá fazer a prova objetiva e será automaticamente eliminado do processo seletivo público. 8.4.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de aplicação da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreenderá coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio. 8.4.12.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e(ou) à assinatura do portador. 8.4.13 Não será aplicada prova, em hipótese alguma, em local, em data e(ou) em horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado. O candidato somente poderá realizar a prova objetiva no local designado pelo IADES.

8.4.14 Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e(ou) similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. 8.4.15 No dia de realização da prova, não será permitido o ingresso de candidato portando armas (a exceção do exposto no subitem 7.11) ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, notebook, tablets eletrônicos, palmtop, receptor, gravador, entre outros). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, este deverá permanecer desligado e, se possível, com a bateria retirada durante todo o período de prova, devendo, ainda, ser acondicionado em embalagem fornecida pelo IADES. O descumprimento do disposto neste subitem implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude. 8.4.15.1 Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização de aparelho auditivo, salvo o candidato que teve seu uso autorizado em conformidade com o item 7 deste edital. 8.4.16 O IADES recomenda que o candidato não leve, no dia de realização da prova, objeto algum citado nos subitens 8.4.14 e 8.4.15 deste edital. O funcionamento de qualquer tipo de aparelho eletrônico durante a realização da prova implicará a eliminação automática do candidato. 8.4.17 Não será admitido, durante a realização da prova, o uso de boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato. 8.4.18 O IADES não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a aplicação da prova objetiva, nem por danos a eles causados. 8.4.19 Não haverá segunda chamada para a aplicação da prova objetiva, em hipótese alguma. O não comparecimento implicará a eliminação automática do candidato. 8.4.20 O controle de horário de duração da prova objetiva será efetuado conforme critério definido pelo IADES. 8.4.21 O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de aplicação das provas após 1 (uma) hora de seu início e não poderá levar o caderno de prova. 8.4.22 O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas levando o caderno de prova no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao término do tempo destinado à realização da prova objetiva. 8.4.23 A inobservância dos subitens 8.4.21 e 8.4.22 deste edital acarretará a não correção da prova objetiva e, consequentemente, a eliminação do candidato no processo seletivo público. 8.4.24 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo público o candidato que, em qualquer momento do certame ou durante a aplicação da prova objetiva: a) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos e(ou) ilegais para obter vantagens para si e(ou) para terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo público; b) for surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução da prova; c) utilizar-se de livro, dicionário, notas e(ou) impressos e(ou) que se comunicar com outro candidato; d) for surpreendido com qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante, embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolates, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente. Os alimentos devem ser acondicionados em saco de plástico transparente e(ou) porta-objetos de plástico transparente, que deverá(ão) ser providenciado(s) pelo candidato;

e) for surpreendido portando máquina fotográfica, telefone celular, relógio de qualquer espécie, gravador, bip, receptor, pager, notebook, tablets eletrônicos, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, palmtop, régua de cálculo, máquina de calcular e(ou) equipamento similar; f) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e(ou) os candidatos; g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e (ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos; h) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado à sua realização; i) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou de membro da coordenação do IADES; j) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou a folha de texto definitivo (se for o caso); k) descumprir as instruções contidas no caderno de prova e(ou) na folha de respostas; l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; m) não permitir a coleta de dado biométrico; e(ou)

n) descumprir este edital e(ou) outros que vierem a ser publicados.

8.4.25 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, gravológico e(ou) por meio de investigação policial, ter o candidato utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do processo seletivo público.

8.4.26 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova objetiva em razão do afastamento de candidato da sala de prova. 8.4.27 No dia de aplicação da prova, não serão fornecidas, por nenhum membro da equipe de aplicação da prova e(ou) pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e(ou) aos critérios de avaliação e de classificação.

8.5 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

8.5.1 Todas as folhas de respostas da prova objetiva serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

8.5.2 A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1 (um) ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 0,5 (meio) ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo das provas; 0,0 (zero), caso não haja marcação ou haja marcação dupla (C e E).

8.5.3 A nota na prova objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.

8.5.4 Conforme a Resolução CNRM no 02, de 27 de agosto de 2015, da Secretaria de Educação Superior do MEC, serão aprovados os candidatos que, na prova objetiva, obtiverem, no mínimo, 60 (sessenta) acertos ou 30,0 (trinta) pontos.

8.5.4.1 O candidato que não for aprovado na forma do subitem 8.5.4 deste edital não terá classificação alguma no processo seletivo.

8.5.5 Os candidatos aprovados na forma do subitem 8.5.4 serão ordenados por programa de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova objetiva.

9 DA AVALIAÇÃO DE CURRÍCULO

9.1 A avaliação de currículo, de caráter classificatório, valerá 12,0 (doze) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a esse valor.

9.1.1 Serão convocados para a avaliação de currículo todos os candidatos aprovados na prova objetiva.

9.1.1.2 A pontuação máxima obtida na avaliação de currículo será igual à soma algébrica dos pontos obtidos pelos títulos apresentados, limitada a 12,0 (doze) pontos.

9.2 Somente serão aceitos os documentos abaixo relacionados expedidos até a data da entrega, a ser divulgada por meio do edital de convocação para a avaliação de currículo, observados os limites de pontos do quadro a seguir:

Quadro de Atribuição de Pontos			
Alínea	Título	Valor de Cada Título	Valor Máximo dos Títulos
A	Monitoria em disciplinas regulares da graduação em Medicina.	0,6 (zero vírgula seis) ponto por semestre acadêmico completo (entende-se por semestre acadêmico o período igual ou superior a 90 (noventa) dias letivos e cada 1 (um) ano corresponde a 2 (dois) semestres).	3,0 (três) pontos.
B	Extensão extracurricular - curso de extensão na área médica com carga horária mínima de 10 (dez) horas.	0,1 (zero vírgula um) ponto para cada 10 (dez) horas de curso.	1,0 (um) ponto.
C	Extensão extracurricular - projeto de extensão na área Médica, excetuados os já pontuados na alínea "I".	0,2 (zero vírgula dois) ponto por semestre acadêmico completo de participação em projeto (entende-se por semestre acadêmico o período igual ou superior a 90 (noventa) dias letivos e cada 1 (um) ano corresponde a 2 (dois) semestres).	
D	Extensão extracurricular - estágios na área Médica em Atenção Primária ou em Hospitais com oferta de Residência Médica.	0,1 (zero vírgula um) ponto para cada 20 (vinte) horas de estágio, calculados conforme subitem 9.8.2.4.1 deste edital.	
E	Participação em congresso e jornada científica na área médica.	0,1 (zero vírgula um) ponto por participação.	1,0 (um) ponto.
F	Comunicação em congressos médicos, tanto na forma oral quanto na forma de painel, poster ou banner na área Médica.	0,3 (zero vírgula três) ponto por comunicação.	3,0 (três) pontos.
G	Trabalhos na área médica publicados em periódicos (revista indexada na CAPES, Medline ou SCIELO).	0,5 (zero vírgula cinco) ponto por trabalho.	1,0 (um) ponto.
H	Trabalhos na área médica publicados em periódicos (revista não indexada na CAPES, Medline ou SCIELO).	0,2 (zero vírgula dois) ponto por trabalho.	
I	Iniciação científica, Programa Especial de Treinamento (PET) na área médica ou Ciências sem Fronteiras.	0,5 (zero vírgula cinco) pontos por semestre acadêmico completo de participação em iniciação científica (entende-se por semestre acadêmico o período igual ou superior a 90 (noventa) dias letivos e cada 1 (um) ano corresponde a 2 (dois) semestres).	2,0 (dois) pontos.
J	Premiação na área médica.	0,5 (zero vírgula cinco) ponto por premiação.	1,0 (um) ponto.
Pontuação máxima total permitida			12,0 (doze) pontos.

9.3 Receberá nota zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo, no horário e no local estipulados no edital de convocação para essa fase.

9.4 O candidato deverá preencher e assinar o formulário a ser fornecido pelo IADES, no qual indicará a quantidade de folhas apresentadas. Juntamente com esse formulário deverá ser apresentada uma cópia autenticada em cartório ou original, de cada título entregue. Os documentos apresentados não serão devolvidos, nem serão fornecidas cópias desses títulos.

9.5 Não serão aceitos documentos ilegíveis.

9.6 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas em cartório, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados do respectivo mecanismo de autenticação.

9.7 Na impossibilidade de comparecimento do candidato, serão aceitos os documentos entregues por terceiro, o qual deverá apresentar seu documento de identidade original.

9.7.1 Serão de inteira responsabilidade do candidato as informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos documentos para avaliação de currículo, bem como a entrega dos documentos na data prevista no edital, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de seu representante.

9.8 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DO CURRÍCULO

9.8.1 Para receber a pontuação relativa à monitoria, alínea "A" do quadro constante do subitem 9.2 deste edital, o candidato deverá apresentar declaração e(ou) certidão emitida por instituição de ensino, contendo o período (de preferência atestando o número de semestres acadêmicos) e a disciplina regular da graduação da monitoria.

9.8.1.1 Não serão aceitas declarações pessoais de professores ou orientadores.

9.8.1.2 Não serão pontuadas monitorias com período inferior a um semestre acadêmico.

9.8.2 Para receber a pontuação relativa à extensão extracurricular, alíneas "B", "C" e "D" do quadro de atribuição dos pontos deste edital, o candidato deverá:

a) para curso de extensão - o candidato deverá apresentar declaração e(ou) certidão emitida por instituição de ensino, contendo o conteúdo programático do curso e a carga horária;

b) para projeto de extensão - o candidato deverá apresentar declaração emitida por instituição de ensino, contendo o período (de preferência atestando o número de semestres acadêmicos) e o nome do projeto;

c) para estágio - o candidato deverá apresentar declaração da instituição responsável pelo estágio ou da instituição de ensino, contendo: período de início e fim do estágio, carga horária (de preferência a carga horária semanal), e se a instituição responsável pelo estágio possui Residência Médica.

9.8.2.1 Não serão pontuados cursos de extensão com período inferior a 10 (dez) horas, cursos cujos certificados não sejam emitidos por instituição de ensino, bem como outras formas de participação no curso, por exemplo, membro da comissão organizadora, palestrante, monitor, etc.

9.8.2.2 Não serão pontuados projetos de extensão com período inferior a um semestre.

9.8.2.3 Não serão pontuados estágios com período total inferior a 20 (vinte) horas.

9.8.2.4 Para estágios, serão aceitas declarações de professores e (ou) orientadores, desde que devidamente identificadas com nome completo, matrícula e(ou) CPF de quem assina; datadas e emitidas em papel timbrado com os dados da organização.

9.8.2.4.1 O cálculo para a pontuação das horas de estágio será realizado levando-se em consideração: carga horária máxima de 10 (dez) horas/semana, ainda que a carga horária tenha sido maior e o semestre com 24 (vinte e quatro) semanas. Assim, o candidato que tiver realizado o máximo de estágio, ou seja, por 24 (vinte e quatro) semanas com carga horária semanal igual a 10 (dez) horas, receberá 1,2 (um vírgula dois) pontos por cada semestre completo (24 (vinte e quatro) semanas).

9.8.2.4.2 Só serão pontuados os estágios práticos não integrantes do currículo que compõe o histórico escolar, realizados em instituições de assistência à saúde, incluindo suporte diagnóstico, que tenham Residência Médica.

9.8.3 Para receber a pontuação relativa à participação em congresso e jornada científica, referente à alínea "E" do quadro de atribuição dos pontos deste edital, o candidato deverá apresentar certificado/documento que comprove a sua participação em congressos, simpósios ou seminários.

9.8.4 Para receber a pontuação relativa à comunicação em congressos médicos, referente à alínea "F" do quadro de atribuição dos pontos deste edital, o candidato deverá apresentar certificado/documento que comprove a sua comunicação, tanto na forma oral quanto na forma de painel, pôster ou banner ou qualquer outra forma de comunicação impressa, em congressos, simpósios ou seminários. Caso o certificado/documento não ateste de forma clara qual o tipo de participação do candidato, esse será pontuado na alínea "E".

9.8.4.1 Não será aceito, como forma de comprovação do título a que se refere o subitem 9.8.4 deste edital, a entrega da publicação do resumo do trabalho no congresso.

9.8.5 Para receber a pontuação relativa a trabalhos publicados em periódicos, referente às alíneas "G" e "H" do quadro de atribuição dos pontos deste edital, o candidato deverá:

a) para trabalhos publicados em revistas indexadas na CAPES - anexar cópia do artigo publicado na íntegra, com autenticação em cartório, pelo menos das páginas que comprovem sua participação na autoria do trabalho. Não serão aceitos resumos publicados em anais de congresso;

b) para trabalhos publicados em revistas não indexadas na CAPES - anexar cópia do artigo publicado na íntegra, com autenticação em cartório, pelo menos das páginas que comprovem sua participação na autoria do trabalho. Não serão aceitos resumos publicados em anais de congresso.

9.8.5.1 Não serão consideradas declarações de professores ou pesquisadores.

9.8.6 Para receber a pontuação relativa à alínea "I" do quadro de atribuição de pontos deste edital, o candidato deverá apresentar:

a) para iniciação científica: certificado emitido pela Instituição de Ensino na qual a iniciação científica foi realizada, contendo o seu período (de preferência atestando o número de semestres acadêmicos), ou pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq ou Fundação de Apoio à Pesquisa, contendo o seu período (de preferência atestando o número de semestres acadêmicos);

b) para o Programa Especial de Treinamento (PET) - declaração do órgão responsável pelo acompanhamento do PET da sua respectiva Instituição de Ensino ou declaração emitida pela Coordenação de Graduação;

c) para Ciências sem Fronteiras: declaração do órgão responsável pelo acompanhamento do programa Ciências sem Fronteiras da sua respectiva Instituição de Ensino ou declaração emitida pela Coordenação de Graduação.

9.8.6.1 Não serão aceitas declarações de professores ou pesquisadores.

9.8.7 Para receber a pontuação relativa à premiação na área médica, referente à alínea "J" do quadro de atribuição de pontos deste edital, o candidato deverá apresentar diploma, declaração ou certificado emitido por instituição de ensino ou entidade médica, como hospitais, conselhos, congressos, que comprove a premiação na área médica.

9.8.7.1 Não serão aceitas premiações atestadas por professores ou orientadores e nem premiações fornecidas em disciplinas.

9.8.8 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado, exceto os trabalhos científicos a que se referem as alíneas "G" e "H" do quadro constante do subitem 9.2 deste edital.

9.8.9 Os pontos que excederem o valor máximo em cada alínea do quadro de atribuição de pontos para a avaliação de currículo, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados no subitem 9.1 deste edital, serão desconsiderados.

9.8.10 Cada documento será considerado uma única vez.

9.9 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE CURRÍCULO

9.9.1 A documentação relativa à avaliação de currículo deverá ser enviada, até o dia 16 de novembro de 2016, impreterivelmente, via SEDEX, ou Aviso de Recebimento (AR) ao IADES, aos cuidados da Central de Atendimento ao Candidato, identificando no envelope "Residência Médica SES-DF 2017 - Edital No 01/RM/SES-DF/2017, Ref. AVALIAÇÃO DE

CURRÍCULO", no seguinte endereço: Caixa Postal 8.642, CEP 70.312-970, Brasília (DF), juntamente com formulário que será disponibilizado para preenchimento e envio, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>. Após esse período, a documentação não será mais aceita pelo IADES.

9.9.2 A documentação poderá, também, ser protocolada diretamente no CAC-IADES (ver item 18) pessoalmente pelo(a) candidato(a) ou por procurador autorizado para tal.

10 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

10.1 Todos os candidatos aprovados na prova objetiva terão a documentação relativa a avaliação de currículo analisada e pontuada.

10.2 A nota final no processo seletivo público será igual à soma das notas finais obtidas na prova objetiva e na avaliação de currículo. 10.3 Todos os candidatos aprovados na prova objetiva serão ordenados, por programa de Residência Médica, de acordo com os valores decrescentes da soma das notas finais obtidas na prova objetiva e na avaliação de currículo. 10.3.1 Para os programas de Residência Médica de acesso direto, os candidatos aprovados serão ordenados em 2 (duas) listas, uma por Programa de Residência e outra por classificação geral por acesso direto, de acordo com os valores decrescentes da nota final na seleção.

10.4 Todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco). 10.5 Todos os candidatos que participarem do certame terão acesso a informação individualizada acerca da pontuação obtida, mediante disponibilização de mapa de desempenho no Ambiente do Candidato do IADES, disponível no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>, após a publicação dos resultados finais.

11 DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (PROVAB) E DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE/MEDICINA GERAL DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (PRMGFC)

11.1 O candidato que anteriormente a data de início do Programa de Residência Médica tiver participado e cumprido integralmente o Programa de Valorização da Atenção Básica (PROVAB), a partir de 2012, ou ingressado nos Programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade/Medicina Geral de Família e Comunidade (PRMGFC) a partir de 2015, e concluído o programa de 2 (dois) anos, receberá pontuação adicional na nota final do processo seletivo público.

11.2 Poderá requerer a pontuação adicional de 10% (dez por cento) na nota final do processo seletivo o candidato que;

a) concluir 1 (um) ano de participação nas atividades do PROVAB, somente para os programas de acesso direto; e(ou)

b) concluir a programação prevista para os 2 (dois) anos do PRMGFC, para acesso posterior a outras especialidades.

11.3 No formulário de inscrição, o candidato apto a requerer a pontuação referente ao PROVAB ou PRMGFC deverá manifestar o interesse pela utilização da pontuação adicional de 10% (dez por cento). Somente receberá a pontuação adicional referente ao PROVAB ou PRMGFC o candidato que no formulário de inscrição manifestar o interesse pelo benefício da pontuação adicional e enviar a documentação, conforme o subitem 11.4.

11.4 O candidato interessado deverá enviar até o dia 16 de novembro de 2016, ou na data oficial limite estabelecida pelo Ministério da Saúde, impreterivelmente, cópia da documentação comprobatória da situação no PROVAB ou PRMGFC via SEDEX, ou Aviso de Recebimento (AR) ao IADES, aos cuidados da Central de Atendimento ao Candidato, identificando no envelope "Residência Médica SES-DF 2017 - Edital No 01/RM/SES-DF/2017, Ref. DOCUMENTAÇÃO PROVAB/PRMGFC", no seguinte endereço: Caixa Postal 8.642, CEP 70.312-970, Brasília (DF). Após esse período, a documentação não será mais aceita pelo IADES.

11.4.1 A documentação poderá, também, ser protocolada diretamente no CAC-IADES (ver item 18) pessoalmente pelo(a) candidato(a) ou por procurador autorizado para tal.

11.5 A documentação que confirma aproveitamento satisfatório/avaliação positiva no PROVAB, emitida pelo Ministério da Saúde, deverá ser enviada pelo candidato conforme prazos e procedimentos informados no subitem 11.4.

11.5.1 Os candidatos que concluirão os 2 (dois) anos do PRMGFC deverão apresentar certificado de conclusão de residência médica ou declaração de conclusão do PRMGFC até o dia 28 de fevereiro de 2017, expedida pela respectiva COREME na qual está inserido o Programa de Residência.

11.6 O candidato que apresentar documentação de avaliação positiva referente ao PROVAB, mas que não obtiver certificado de conclusão do programa ou a publicação de seu nome no Diário Oficial da União, na data prevista pelo Ministério da Saúde, perderá a pontuação adicional de 10% (dez por cento), retornando à sua pontuação e classificação original.

11.7 A pontuação adicional de que trata o subitem 11.2 artigo não poderá elevar a nota final do candidato para além da nota máxima prevista pelo edital do processo seletivo, conforme indicado no subitem 2.3.

11.8 Considera-se como tendo usufruído da pontuação adicional de 10% (dez por cento) o candidato que tiver iniciado programa de residência médica para o qual foi selecionado, utilizando tal pontuação, não podendo ser utilizada a pontuação adicional mais que uma vez.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no processo seletivo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei Federal no 10.741, de 1o de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

b) obtiver a maior nota na prova objetiva;

c) obtiver maior número de acertos na prova objetiva;

d) obtiver maior nota na avaliação do currículo; e

e) tiver maior idade.

13 DOS RECURSOS 13.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar da prova objetiva e(ou) contra o resultado preliminar da avaliação do currículo e(ou) acerca da pontuação adicional relativa ao PROVAB ou PRMGFC, disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, contados a partir do primeiro dia subsequente ao da divulgação de cada um dos eventos.

13.1.1 O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será afixado no mural de avisos do IADES e divulgado na internet, no endereço eletrônico do IADES, <<http://www.iades.com.br>>, após a realização da prova objetiva.

13.2 Os recursos deverão ser interpostos on-line, através do Ambiente do Candidato no endereço eletrônico <<http://www.iades.com.br>>.

13.3 Não serão aceitos recursos via postal, via fax e(ou) via correio eletrônico.

13.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recursos inconsistentes, em ambiente diferente do exigido e(ou) fora das especificações estabelecidas neste edital e em outros editais serão indeferidos.

13.5 Se do exame de recursos da prova objetiva resultar anulação de item, a pontuação correspondente a este(s) item(ns) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo. Em hipótese alguma, o quantitativo de itens da prova objetiva sofrerá alterações.

13.6 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso, tampouco recurso de recurso.

13.7 Recurso cujo teor desprezite a banca examinadora será preliminarmente indeferido.

13.8 Não serão apreciados recursos que forem apresentados em desacordo com as especificações contidas no item 13 e com argumentação idêntica à argumentação constante de outro(s) recurso(s).

13.9 A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

14 DO RESULTADO FINAL

14.1 O IADES divulgará, na data provável de 29 de dezembro de 2016, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e divulgado no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>, o resultado final na avaliação de currículo, no PROVAB e dos candidatos aprovados no processo seletivo.

15 DA ESCOLHA DOS CENÁRIOS DE ENSINO

15.1 Na data provável de 7 a 10 de janeiro de 2017 será disponibilizado sistema informatizado de seleção de programas de residência (SisResid) para que o candidato possa confirmar ou alterar a opção de cenário de ensino baseado na nota final obtida no processo seletivo público.

15.2 A escolha do cenário de ensino será feita com base na última alteração efetuada pelo candidato e confirmada no SisResid.

15.3 O SisResid disponibilizará em caráter exclusivamente informativo, as notas de corte de cada COREME e Programa de Residência, que será atualizada diariamente, conforme o processamento das escolhas efetuadas.

15.4 A escolha do cenário de ensino pelo candidato gera apenas a expectativa de ocupação da vaga para a qual se inscreveu, estando a sua matrícula condicionada à comprovação do número de vagas, respeitando-se a ordem de classificação.

15.5 O sistema ficará acessível para lançamento da ocupação das vagas das COREMES participantes no período estabelecido no subitem 15.1, em horário a ser oportunamente divulgado.

15.6 Relação final com os candidatos classificados, após a primeira rodada de escolha de cenário, e de acordo com o número de vagas disponibilizado para cada Programa de Residência/COREME, será divulgada na data provável de 12 de janeiro de 2017, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

15.7 DA ESCOLHA DAS VAGAS REMANESCENTES DOS CENÁRIOS DE ENSINO

15.7.1 Após o encerramento do período de matrícula, o IADES divulgará no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>, em data a ser oportunamente divulgada, as vagas remanescentes do processo seletivo que surgiram por não preenchimento, desistência ou por reserva para o serviço militar.

15.7.2 Desta forma, o SisResid será disponibilizado aos candidatos, para a escolha e preenchimento das vagas remanescentes, obedecendo as mesmas normas previstas para a primeira fase de escolha de cenários de ensino.

15.7.3 Terão acesso ao SisResid aqueles que efetuaram a escolha na primeira rodada e não obtiveram classificação suficiente para assegurar uma vaga, bem como os candidatos que solicitaram lista de espera.

15.7.4 O SisResid será disponibilizado repetidamente até que haja o preenchimento total das vagas disponibilizadas ou até o encerramento do período de matrículas no sistema informatizado da Comissão Nacional de Residência Médica.

15.7.5 É obrigatório que o candidato, nesta segunda rodada e demais rodadas que porventura venham a existir, confirme o seu interesse na vaga para a qual foi inscrito ou faça nova opção de vaga, dentro do mesmo programa de residência que escolheu na inscrição, mediante opção a ser disponibilizada após acessar o SisResid. A falta de manifestação do candidato fará com que ele seja eliminado do processo seletivo público, não havendo mais oportunidade de escolha de vaga e posterior matrícula em programa de Residência Médica oferecido no presente edital.

16 DA MATRÍCULA

16.1 Para realizarem a matrícula, os candidatos deverão, após a escolha da unidade de saúde/cenário de ensino, no período de 23 a 27 de janeiro de 2016, das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17 (dezessete) horas, entregar, em endereço a ser oportunamente informado, os documentos a seguir relacionados.

16.1.1 Para os Programas de Residência Médica de Acesso Direto:

a) cópia autenticada em cartório do diploma de graduação em Medicina, expedido por Instituição de Ensino Superior devidamente reconhecida pelo MEC. Serão aceitas para as

matrículas efetuadas até o dia 28 de fevereiro de 2017, em substituição ao diploma de graduação em Medicina, declarações da instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo MEC, nas quais conste que o candidato irá concluir o curso de graduação em Medicina até o dia 28 de fevereiro de 2017. Para as matrículas realizadas a partir do dia 1º de março de 2017 só serão aceitas declarações da instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo MEC, em que conste que o candidato concluiu o curso de graduação em Medicina;

- b) cópia simples da carteira de identidade;
c) cópia simples do CPF;
d) cópia simples do registro no CRM ou cópia simples da inscrição provisória no CRM;
e) cópia do título de eleitor com último comprovante de votação;
f) cópia do certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
g) cópia da carteira de identidade de estrangeiro e do visto de permanência no Brasil; e
h) 2 (duas) fotografias 3x4 cm recentes.

16.1.2 Para os Programas de Residência Médica em Especialidades e em Áreas de Atuação com Exigência de Pré-requisito:

- a) cópia autenticada em cartório do diploma de graduação em Medicina, expedido por Instituição de Ensino Superior devidamente reconhecida pelo MEC;
b) cópia autenticada em cartório do certificado de conclusão de programa de Residência Médica, credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica na especialidade exigida como pré-requisito. Serão aceitas para as matrículas efetuadas até o dia 28 de fevereiro de 2017, em substituição ao certificado de conclusão do pré-requisito, declarações da respectiva COREME onde que o candidato irá concluir o pré-requisito até o dia 28 de fevereiro de 2017. Para as matrículas realizadas a partir do dia 1º de março de 2017 só serão aceitas declarações da respectiva Comissão de Residência Médica - COREME nas quais conste que o candidato concluiu o pré-requisito.

- c) cópia simples da carteira de identidade;
d) cópia simples do CPF;
e) cópia simples do registro no CRM/DF ou cópia simples da inscrição provisória no CRM/DF;
f) cópia do título de eleitor com último comprovante de votação;
g) cópia do certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
h) cópia da carteira de identidade de estrangeiro, quando for o caso; e
i) 2 (duas) fotografias 3x4 cm recentes.

16.1.3 Não serão aceitos diplomas de candidatos que concluíram o curso de graduação em Medicina em faculdade ainda não reconhecida pelo MEC.

16.1.4 Em caso de médico estrangeiro ou brasileiro que fez curso de graduação em Medicina no exterior, é obrigatória a apresentação de cópia autenticada em cartório, que será retida, do diploma do curso de graduação em Medicina devidamente revalidado e registrado pelo MEC.

16.1.5 A matrícula do candidato será feita após verificada a regularidade dos documentos apresentados.

16.2 Uma vez realizada a matrícula em um dos locais de opção para a realização do programa, o candidato não poderá pleitear mudança do local, ainda que posteriormente surjam vagas no local de sua preferência.

16.3 Após efetuada a matrícula no programa e unidade designados, a transferência do residente só será possível após o término do primeiro ano de Residência, desde que cumpridas as exigências legais e regulamentares e após aprovação da Comissão Nacional de Residência Médica, em conformidade com a Resolução CNRM no 06, de 20 de outubro de 2010.

17 DA ADMISSÃO E INÍCIO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA

17.1 Os candidatos aos programas de Residência Médica de acesso direto e os candidatos aos programas de Residência Médica em especialidades e em área de atuação com exigência de pré-requisito que tenham comprovado a conclusão do curso de graduação em Medicina e do pré-requisito exigido por ocasião da matrícula, deverão comparecer no dia 1º de março de 2017, às 8 (oito) horas, às respectivas COREMEs para efetivarem a sua admissão e iniciarem as atividades do programa.

17.2 Os candidatos matriculados que não se apresentarem nas respectivas COREMEs no dia marcado para a admissão e início das atividades e não apresentarem justificativa aceita pela COREME em 24 (vinte e quatro) horas serão considerados desistentes e eliminados do processo seletivo.

17.3 O candidato que, por ocasião da matrícula, apresentou declaração na qual constava que iria concluir o curso de graduação em Medicina até o dia 28 de fevereiro de 2017, só será admitido mediante a apresentação do diploma de graduação em Medicina expedido por instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo MEC ou mediante a apresentação de declaração expedida por instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo MEC na qual conste que o candidato concluiu o curso de graduação em Medicina.

17.4 O candidato aos programas de Residência em especialidades com exigência de pré-requisito ou aos programas em áreas de atuação que, por ocasião da matrícula, apresentou declaração na qual constava que iria concluir o pré-requisito até o dia 28 de fevereiro de 2017, só será admitido mediante a apresentação do certificado de conclusão do respectivo pré-requisito expedido pela instituição executora do programa ou mediante a apresentação de declaração expedida pela respectiva COREME na qual conste que o candidato concluiu o programa de Residência Médica exigido como pré-requisito.

17.5 Os residentes admitidos estarão submetidos a uma carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, com registro eletrônico de frequência na SES-DF, a critério da instituição.

17.6 Os residentes que iniciarem Residência nos hospitais da SES-DF terão, obrigatoriamente, de apresentar nas respectivas COREMEs em até dia 30 de março de 2017, cópia do comprovante de inscrição definitiva no Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, que será retida, sob pena de suspensão das atividades até o atendimento da exigência.

17.7 Fica garantida a reserva de vaga para o ano seguinte, para fins de prestação do Serviço Militar Obrigatório, ao residente matriculado no Programa de Residência Médica, conforme normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Residência Médica. No caso dos residentes que forem voluntários ao Serviço Militar só haverá reserva da vaga para ano seguinte para aqueles que se voluntariaram antes da matrícula.

17.8 É vedado ao residente repetir programas de Residência em especialidades que já tenha anteriormente concluído, em instituição da mesma ou de qualquer unidade da Federação, sob pena de desligamento a qualquer tempo quando caracterizada esta infração.

17.9 A menos que se trate de pré-requisito estabelecido, é vedado ao residente realizar programa de Residência em mais de duas especialidades diferentes, em instituição do mesmo ou de qualquer outra unidade da federação, sob pena de desligamento a qualquer tempo quando caracterizada esta infração.

17.10 É vedado ao médico residente cursar mais de uma área de atuação em cada especialidade, sob pena de desligamento a qualquer tempo quando caracterizada esta infração.

17.11 Não é permitido ao residente acumular cargo do quadro de pessoal da SES-DF no mesmo local, mesmo hospital, mesma coordenação de saúde em que está inserida a COREME de realização de seu programa de Residência, durante o período de realização do programa de Residência (Decisão no 6089/2014 - TCDF).

17.11.1 No momento da matrícula, os candidatos deverão firmar declaração de que são ou

não servidores da SES-DF. No caso dos candidatos que forem servidores, deverá ser informado, ainda, o local de sua lotação.

17.11.2 Em conformidade com o art. 2 da Portaria SES-DF no 163, de 24 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26 de junho de 2013; a carga horária máxima servidor efetivo que também é residente é de 20 (vinte) horas, pois no Programa de Residência, ele cumpre 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo, 80 (oitenta) horas semanais.

17.11.3 Enquanto bolsista de programa de Residência da SES-DF e servidor ocupante de cargo efetivo na instituição, o residente não poderá participar de escala de horas extras. O residente deverá comprovar anualmente a compatibilidade de horários, de forma análoga aos servidores que acumulam lícitamente cargo público.

17.12 Em atenção ao disposto na Resolução CNRM no 06, de 20 de outubro de 2010, a transferência de médico residente de um programa de Residência Médica para outro, da mesma especialidade, decorrente de solicitação do próprio residente, somente será possível a partir do segundo ano de Residência Médica.

18 DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CANDIDATO (CAC-IADES) 18.1 Durante todo o período de realização do certame, a Central de Atendimento ao Candidato do IADES (CAC-IADES) funcionará na QE 32 - Conjunto C - Lote 2 - Guarã II - Guarã/DF, em dias úteis e no horário compreendido entre 10 (dez) horas e 16 (dezesesseis) horas. 18.2 A CAC-IADES disponibiliza atendimento para entrega e protocolo de documentos e solicitações, protocolo de recursos administrativos e pedagógicos, esclarecimento de dúvidas e apoio às inscrições. 18.3 O candidato poderá obter informações, manter contato ou relatar fatos ocorridos referentes ao concurso público na CAC-IADES por meio do telefone (61) 3574.7200 e(ou) via mensagens eletrônicas para o e-mail cac@iades.com.br. 18.4 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização da prova objetiva e demais etapas do processo seletivo público. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 19.2. 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

19.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo publicados no Diário Oficial do Distrito Federal e(ou) divulgados na internet, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.

19.2.1 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

19.3 O prazo de validade do processo seletivo público esgotar-se-á no dia 30 de abril de 2017, podendo ser prorrogado a critério exclusivo da Administração Pública.

19.4 O candidato deverá manter atualizados seus dados pessoais e seu endereço perante o IADES enquanto estiver participando do processo seletivo, e perante a ESCS, após a homologação do resultado final, desde que aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados pessoais e de seu endereço.

19.5 O pagamento das bolsas de residência dos Programas de Residência Médica da SES-DF ficam condicionadas à previsibilidade orçamentária e financeira do Governo do Distrito Federal e(ou) Ministério da Saúde.

19.6 É dever do candidato aprovado e matriculado no Programa de Residência Médica fornecer toda a informação e providenciar toda a documentação requerida pelo órgão responsável pelo pagamento da bolsa dentro dos prazos e na forma solicitada, sendo o único responsável pelo não cumprimento de tais exigências, podendo haver o não pagamento da bolsa até que haja a apresentação da documentação e informação requeridas.

19.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo IADES e pela ESCS.

PAULO ROBERTO SILVA

ANEXO - I

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RM/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016. VAGAS POR PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA E POR INSTITUIÇÃO

1 Programas de Residência Médica de Acesso Direto

1.1 ACUPUNTURA (CÓDIGO 401) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

1.2 ANESTESIOLOGIA (CÓDIGO 402) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) (*)	5	1	6
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	6	-	6
Hospital Regional do Gama (HRG)	3	-	3
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	3	-	3
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (**)	4	-	4
Total	21	1	22

(*) Os cenários preferenciais para a Residência Médica para a Anestesiologia do HBDF são: Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), Hospital Regional de Sobradinho (HRS) e Hospital Regional de Ceilândia (HRC).

(**) Os cenários preferenciais para a Residência Médica para a Anestesiologia em Rede da ESCS são: Hospital Regional de Sobradinho (HRS), Hospital Regional de Ceilândia (HRC) e Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).

1.3 CIRURGIA GERAL (CÓDIGO 403) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	7	2	9
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	7	1	8
Hospital Regional de Ceilândia (HRC)	5	-	5
Hospital Regional do Gama (HRG)	7	-	7
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	3	-	3

Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	8	-	8
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (***)	4	-	4
Total	41	3	44

(***) Os cenários preferenciais para a Residência Médica para a Cirurgia Geral em Rede da ESCS são: Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e Hospital Regional do Paranoá (HRPa).

1.4 CLÍNICA MÉDICA (CÓDIGO 404) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	13	1	14
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	12	-	12
Hospital Regional do Gama (HRG)	12	-	12
Hospital Regional do Paranoá (HRPa)	4	-	4
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	9	1	10
Total	50	2	52

1.5 DERMATOLOGIA (CÓDIGO 405) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	4	-	4
Total	4	-	4

1.6 GENÉTICA MÉDICA (CÓDIGO 406) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

1.7 INFECTOLOGIA (CÓDIGO 407) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

1.8 MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (CÓDIGO 408) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (****)	24	-	24
Total	24	-	24

(****) Os cenários preferenciais para a Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade em Rede da ESCS são: Atenção Primária da Superintendência Norte (Sobradinho e Planaltina) e Superintendência Sudoeste (Samambaia e Recanto das Emas).

1.9 MEDICINA DO TRABALHO (CÓDIGO 409) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (****)	2	-	2
Total	2	-	2

(****) Os cenários preferenciais para a Residência Médica em Medicina do Trabalho em Rede da ESCS são os hospitais e os núcleos de Medicina do Trabalho da SES-DF.

1.10 NEUROCIRURGIA (CÓDIGO 410) - Duração: 5 (cinco) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	3	-	3
Total	3	-	3

1.11 NEUROLOGIA (CÓDIGO 411) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Total	4	-	4

1.12 OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA (CÓDIGO 412) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	6	-	6
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	5	-	5
Hospital Regional da Ceilândia (HRC)	4	1	5
Hospital Regional do Gama (HRG)	5	-	5
Hospital Regional do Paranoá (HRPa)	3	-	3
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	4	-	4
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	5	1	6
Total	32	2	34

1.13 OFTALMOLOGIA (CÓDIGO 413) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	2	6
Total	4	2	6

1.14 ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA (CÓDIGO 414) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	5	1	6
Hospital Regional da Ceilândia (HRC)	3	-	3
Hospital Regional do Gama (HRG)	5	1	6
Hospital Regional do Paranoá (HRPa)	2	1	3
Hospital Regional de Santa Maria (HRSM)	4	-	4
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	2	2	4
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	3	1	4
Total	24	6	30

1.15 OTORRINOLARINGOLOGIA (CÓDIGO 415) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

1.16 PATOLOGIA (CÓDIGO 416) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	3	-	3
Total	3	-	3

1.17 PEDIATRIA (CÓDIGO 417) - Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	13	3	16
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	6	-	6
Hospital Regional da Ceilândia (HRC)	7	1	8
Hospital Regional do Paranoá (HRPa)	4	-	4
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	4	1	5
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	14	1	15
Total	48	6	54

1.18 PSIQUIATRIA (CÓDIGO 418) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	2	3
Hospital São Vicente de Paulo (HSVP)	6	-	6
Total	7	2	9

1.19 RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (CÓDIGO 419) - Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	6	-	6
Total	6	-	6

2 Programas de Residência Médica em Especialidades com Exigência de Pré-requisito

2.1 CANCEROLOGIA CLÍNICA (CÓDIGO 501) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

2.2 CANCEROLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 502) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

2.3 CARDIOLOGIA (CÓDIGO 503) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	8	-	8
Total	8	-	8

2.4 CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO (CÓDIGO 504) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	1	-	1
Total	1	-	1

2.5 CIRURGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 505) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	1	1	2
Total	3	1	4

2.6 CIRURGIA PLÁSTICA (CÓDIGO 506) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	2	-	2
Total	2	-	2

2.7 CIRURGIA TORÁCICA (CÓDIGO 507) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

2.8 CIRURGIA VASCULAR (CÓDIGO 508) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	1	3
Total	2	1	3

2.9 COLOPROCTOLOGIA (CÓDIGO 509) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

2.10 ENDOCRINOLOGIA (CÓDIGO 510) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	3	-	3
Total	5	-	5

2.11 GASTROENTEROLOGIA (CÓDIGO 511) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Total	4	-	4

2.12 HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA (CÓDIGO 512) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

2.13 MASTOLOGIA (CÓDIGO 513) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral ou Obstetrícia e Ginecologia. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

2.14 NEFROLOGIA (CÓDIGO 514) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Hospital Regional de Sobradinho (HRS)	2	-	2
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	2	-	2
Total	8	-	8

2.15 PNEUMOLOGIA (CÓDIGO 515) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	2	-	2
Total	4	-	4

2.16 REUMATOLOGIA (CÓDIGO 516) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	3	-	3
Total	3	-	3

2.17 UROLOGIA (CÓDIGO 517) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 3 (três) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)	1	-	1
Total	3	-	3

3 Programas de Residência Médica Referentes às Áreas de Atuação

3.1 ALERGIA E IMUNOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 601) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	3	-	3
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	1	-	1
Total	4	-	4

3.2 CIRURGIA DO TRAUMA (CÓDIGO 602) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.3 ECOCARDIOGRAFIA (CÓDIGO 603) - Pré-requisito: Residência em Cardiologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.4 ELETROFISIOLOGIA CLÍNICA INVASIVA (CÓDIGO 604) - Pré-requisito: Residência em Cardiologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.5 ENDOCRINOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 605) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.6 ENDOSCOPIA DIGESTIVA (CÓDIGO 606) - Pré-requisito: Residência em Gastroenterologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.7 ENDOSCOPIA GINECOLÓGICA (CÓDIGO 607) - Pré-requisito: Residência em Ginecologia e Obstetrícia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	2	-	2
Total	2	-	2

3.8 ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA I (CÓDIGO 608) - Pré-requisito: Residência em Pneumologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.9 ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA II (CÓDIGO 609) - Pré-requisito: Residência em Cirurgia Torácica. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.10 GASTROENTEROLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 610) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	3	-	3
Total	3	-	3

3.11 HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 611) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.12 HEPATOLOGIA (CÓDIGO 612) - Pré-requisito: Residência em Gastroenterologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	1	-	1
Total	1	-	1

3.13 INFECTOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 613) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	2	-	2
Total	2	-	2

3.14 MEDICINA DE URGÊNCIA (CÓDIGO 614) - Pré-requisito: Residência em Clínica Médica. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Total	4	-	4

3.15 MEDICINA FETAL (CÓDIGO 615) - Pré-requisito: Residência em Obstetrícia e Ginecologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	4	-	4
Total	4	-	4

3.16 MEDICINA INTENSIVA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 616) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	4	-	4
Total	8	-	8

3.17 MEDICINA PALIATIVA (CÓDIGO 617) - Pré-requisito: Residência em Medicina de Família e Comunidade, Clínica Médica, Anestesiologia, Cancerologia Clínica ou Geriatria. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (*****)	2	-	2
Total	2	-	2

(*****) Os cenários preferenciais para a Residência Médica para a Medicina Paliativa em Rede da ESCS são: Hospital de Apoio de Brasília (HAP) e Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF).

3.18 NEFROLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 618) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.19 NEONATOLOGIA (CÓDIGO 619) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	7	-	7
Hospital Regional de Taguatinga (HRT)	3	-	3
Total	10	-	10

3.20 NEUROFISIOLOGIA CLÍNICA (CÓDIGO 620) - Pré-requisito: Residência em Neurologia, Neurocirurgia ou Neuropediatria. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	4	-	4
Total	4	-	4

3.21 NEUROLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 621) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.22 OBSTETRÍCA E GINECOLOGIA - R4 (CÓDIGO 622) - Pré-requisito: Residência em Obstetrícia e Ginecologia. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB)	4	-	4
Total	4	-	4

3.23 PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 623) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.24 PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (CÓDIGO 624) - Pré-requisito: Residência em Psiquiatria. Duração: 1 (um) ano.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) (*****)	2	-	2
Total	2	-	2

(*****) O cenário preferencial para a Residência Médica em Psiquiatria da Infância e Adolescência em Rede da ESCS é: Centro de Orientação Médico Psicopedagógica (COMPP).

3.25 REUMATOLOGIA PEDIÁTRICA (CÓDIGO 625) - Pré-requisito: Residência em Pediatria. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

3.26 TRANSPLANTE RENAL (CÓDIGO 626) - Pré-requisito: Residência em Nefrologia. Duração: 2 (dois) anos.

Hospital / COREME	Vagas Disponíveis	Vagas Bloqueadas (Serviço Militar)	Total de Vagas Autorizadas pela CNRM
Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF)	2	-	2
Total	2	-	2

ANEXO - II

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RM/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

ESTRUTURA DAS PROVAS OBJETIVAS

1 Programas de Residência Médica de Acesso Direto

1.1 Para os candidatos aos programas de Residência Médica de acesso direto, será aplicada prova objetiva composta de 120 (cento e vinte) itens abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade do curso de graduação em Medicina, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC 2014) acerca de Cirurgia Geral, Clínica Médica, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia e Medicina Social e Preventiva, sendo 24 itens de cada área de conhecimento.

1.1.1 Acupuntura (401), Anestesiologia (402), Cirurgia Geral (403), Clínica Médica (404), Dermatologia (405), Genética Médica (406), Infectologia (407), Medicina de Família e Comunidade (408), Medicina do Trabalho (409), Neurocirurgia (410), Neurologia (411), Obstetrícia e Ginecologia (412), Oftalmologia (413), Ortopedia e Traumatologia (414), Otorrinolaringologia (415), Patologia (416), Pediatria (417), Psiquiatria (418) e Radiologia e Diagnóstico por Imagem (419).

Cirurgia Geral	Clínica Médica	Pediatria	Obstetrícia e Ginecologia	Medicina Social e Preventiva	Total de Itens
24 itens	24 itens	24 itens	24 itens	24 itens	120 itens

2 Programas de Residência Médica em Especialidades com Exigência de Pré-Requisito

2.1 Para os candidatos aos programas de Residência Médica em especialidades com exigência de pré-requisito, exceto os candidatos ao programa de residência em Mastologia, será aplicada prova objetiva composta de 120 (cento e vinte) itens abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade de programas de residência médica na área específica do pré-requisito exigido.

2.1.1 Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral - Cirurgia do Aparelho Digestivo (504), Cirurgia Pediátrica (505), Cirurgia Plástica (506), Cirurgia Torácica (507), Cirurgia Vasculatura (508), Coloproctologia (509) e Urologia (517).

Cirurgia Geral	Total de Itens
120 itens	120 itens

2.1.2 Pré-requisito: Residência em Clínica Médica - Cancerologia Clínica (501), Cardiologia (503), Endocrinologia (510), Gastroenterologia (511), Hematologia e Hemoterapia (512), Nefrologia (514), Pneumologia (515) e Reumatologia (516).

Clínica Médica	Total de Itens
120 itens	120 itens

2.1.3 Pré-requisito: Residência em Pediatria - Cancerologia Pediátrica (502).

Pediatria	Total de Itens
120 itens	120 itens

2.2 Para os candidatos ao programa de Residência em Mastologia, será aplicada uma prova objetiva composta de 60 (sessenta) itens de Obstetrícia e Ginecologia e de 60 (sessenta) itens de Cirurgia Geral, abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade desses programas de residência exigidos como pré-requisito.

2.2.1 Programa de Residência Médica em Mastologia (513). Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral ou Obstetrícia e Ginecologia.

Cirurgia Geral	Obstetrícia e Ginecologia	Total de Itens
60 itens	60 itens	120 itens

3 Programas de Residência Médica Referentes às Áreas de Atuação

3.1 Para os candidatos aos programas de Residência Médica referentes aos anos opcionais em áreas de atuação, exceto os candidatos aos programas de residência em Medicina Palliativa e Neurofisiologia Clínica, será aplicada prova objetiva composta de 120 itens abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade de programas de residência médica na área específica do pré-requisito exigido.

3.1.1 Pré-requisito: Residência em Cardiologia - Ecocardiografia (603), Eletrofisiologia Clínica Invasiva (604).

Cardiologia	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.2 Pré-requisito: Residência em Cirurgia Geral - Cirurgia do Trauma (602).

Cirurgia Geral	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.3 Pré-requisito: Residência em Cirurgia Torácica - Endoscopia Respiratória II (609).

Cirurgia Torácica	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.4 Pré-requisito: Residência em Clínica Médica - Medicina de Urgência (614).

Clínica Médica	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.5 Pré-requisito: Residência em Gastroenterologia - Endoscopia Digestiva (606) e Hepatologia (612).

Gastroenterologia	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.6 Pré-requisito: Residência em Nefrologia - Transplante Renal (626).

Nefrologia	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.7 Pré-requisito: Residência em Obstetrícia e Ginecologia - Endoscopia Ginecológica (607), Medicina Fetal (615) e Obstetrícia e Ginecologia - R4 (622).

Obstetrícia e Ginecologia	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.8 Pré-requisito: Residência em Pediatria - Alergia e Imunologia Pediátrica (601), Endocrinologia Pediátrica (605), Gastroenterologia Pediátrica (610), Hematologia Pediátrica (611), Infectologia Pediátrica (613), Medicina Intensiva Pediátrica (616), Nefrologia Pediátrica (618), Neonatologia (619), Neurologia Pediátrica (621), Pneumologia Pediátrica (623) e Reumatologia Pediátrica (625).

Pediatria	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.9 Pré-requisito: Residência em Pneumologia - Endoscopia Respiratória I (608).

Pneumologia	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.1.10 Pré-requisito: Residência em Psiquiatria - Psiquiatria da Infância e Adolescência (624).

Psiquiatria	Total de Itens
120 itens	120 itens

3.2 Para os candidatos ao programa de Residência em Medicina Paliativa, será aplicada uma prova objetiva composta de 24 itens de Cancerologia Clínica, 24 itens de Clínica Médica, 24 itens de Geriatria, 24 itens de Medicina de Família e Comunidade e 24 itens de Pediatria, abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade desses programas de residência médica exigidos como pré-requisito.

3.2.1 Programa de Residência Médica em Medicina Paliativa (617). Pré-requisito: Residência em Medicina de Família e Comunidade, Clínica Médica, Anestesiologia, Cancerologia Clínica ou Geriatria.

Cancerologia Clínica	Clínica Médica	Geriatria	Medicina de Família e Comunidade	Pediatria	Total de Itens
24 itens	24 itens	24 itens	24 itens	24 itens	120 itens

3.3 Para os candidatos ao programa de Residência em Neurofisiologia Clínica, será aplicada uma prova objetiva composta de 40 itens de Neurocirurgia, 40 itens de Neurologia e 40 itens de Neuropediatria, abordando temas compatíveis com as exigências da terminalidade desses programas de residência médica exigidos como pré-requisito.

3.3.1 Programa de Residência Médica em Neurofisiologia Clínica (620). Pré-requisito: Residência em Neurologia, Neurocirurgia ou Neuropediatria.

Neurocirurgia	Neurologia	Neuropediatria	Total de Itens
40 itens	40 itens	40 itens	120 itens

ANEXO - III

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RM/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

Eu _____, CPF no _____, Inscrição no _____, candidato(a) no processo seletivo público para ingresso nos programas de Residência Médica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), SOLICITO, de acordo com laudo médico em anexo, atendimento especial no dia da aplicação das provas conforme a seguir (selecione o tipo de prova e (ou) o(s) tratamento(s) especial(is) necessário(s)):

REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL E(OU) TRATAMENTO ESPECIAL

1. Necessidades físicas: <input type="checkbox"/> sala térrea (dificuldade para locomoção) <input type="checkbox"/> sala individual (candidato com doença contagiosa / outras). Especificar _____ <input type="checkbox"/> mesa para cadeira de rodas <input type="checkbox"/> apoio para perna <input type="checkbox"/> mesa e cadeira separadas <input type="checkbox"/> 1.1. Auxílio para preenchimento <input type="checkbox"/> dificuldade/impossibilidade de escrever da folha de respostas da prova objetiva <input type="checkbox"/> 1.2. Auxílio para leitura (ledor) <input type="checkbox"/> dislexia <input type="checkbox"/> tetraplegia	2. Necessidades visuais (cego ou pessoa com baixa visão) <input type="checkbox"/> auxílio na leitura da prova (ledor) <input type="checkbox"/> prova em braille <input type="checkbox"/> prova ampliada (fonte entre 14 e 16) <input type="checkbox"/> prova superampliada (fonte 28) 3. Necessidades auditivas (perda total ou parcial da audição) <input type="checkbox"/> intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) <input type="checkbox"/> leitura labial <input type="checkbox"/> uso de aparelho auditivo - mediante justificativa médica 4. Amamentação <input type="checkbox"/> sala para amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê) 5. Outros <input type="checkbox"/> Tempo Adicional - mediante justificativa médica <input type="checkbox"/> Porte de arma (Lei Federal nº 10.826/2003) <input type="checkbox"/> _____ Uso do _____ nome social: _____
---	---

Nessa ocasião, apresento laudo médico com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo _____ de deficiência _____ que possui: _____

Código _____ correspondente da _____ (CID): _____

Nome do médico responsável pelo laudo: _____

Número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do médico responsável pelo laudo: _____

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO - IV

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RM/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, CPF no _____, Inscrição no _____, candidato(a) no processo seletivo público para ingresso nos programas de Residência Médica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), DECLARO, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição no presente processo seletivo, ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo.

Declaro estar ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 4o do referido Decreto, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.

Declaro, ainda, saber que, de acordo com o inciso II do artigo 4o do Decreto Federal nº 6.135/2007, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela com renda familiar mensal per capita de até 0,5 (meio) salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

Declaro, também, ter conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso VI do artigo 4o do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Declaro saber que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

Declaro, por fim, que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em processo seletivo e estar ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) candidato(a)

EDITAL NORMATIVO Nº 1 - RP/SES-DF/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016. O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ESCS), mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) e vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o disposto na Portaria/SES-DF nº 106, de 30 de junho de 2016, publicada em Diário Oficial do Distrito Federal em 6 de julho de 2016; tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e suas alterações, na Portaria Interministerial/MEC/MS nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, Portaria Interministerial/MEC/MS nº 16, de 22 de dezembro de 2014 e na Resolução/CNRMS nº 2, de 13 de abril de 2012, TORNA PÚBLICA a realização de PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE - MODALIDADES: UNIPROFISSIONAL E MULTIPROFISSIONAL, DESENVOLVIDOS EM HOSPITAIS, ATENÇÃO PRIMÁRIA E DEMAIS CENÁRIOS DE PRÁTICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, mediante as condições estabelecidas neste edital, conforme a seguir.

1 DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1.1 A Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), responsável pelo presente processo seletivo, é a instituição formadora dos programas de Residência em Área Profissional de Saúde, desenvolvidos nos cenários de prática da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF).

1.2 A SES-DF é a instituição executora dos programas de Residência em Área Profissional de Saúde, vinculados à Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde (COREMU) da ESCS.

1.3 O presente processo seletivo público destina-se única e exclusivamente à seleção de candidatos visando à concessão de bolsa-residência em vagas de curso de pós-graduação Lato Sensu, modalidade Residência em Área Profissional de Saúde.

1.3.1 A Residência em Área Profissional de Saúde é um curso de pós-graduação Lato Sensu, regulamentado pela Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e resoluções complementares da Comissão Nacional de Residência em Área Profissional de Saúde (CNRMS/MEC).

1.3.2 O presente processo seletivo público não se destina à seleção de pessoas para provimento de emprego(s) ou cargo(s) público(s) e, portanto, não se submete às regras legais vigentes para tal procedimento.

1.4 A seleção destina-se ao ingresso nos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde - Modalidades: Uniprofissional e Multiprofissional desenvolvidos na rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O processo seletivo público será regido por este edital e executado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento (IADES).